



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Políticas para Infância e Juventude

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI EM UM TERRITÓRIO VULNERÁVEL DE GOVERNADOR VALADARES (MG)

GISELA OLIVEIRA E SILVA COSTA¹

MARIA CELESTE REIS FERNANDES DE SOUZA²

MARIA TEREZINHA BRETAS VILARINO³

RESUMO

O artigo apresenta resultados de um estudo que visa refletir sobre as vulnerabilidades de adolescentes em conflito com a lei, em um território de Governador Valadares. Baseia-se em autores do Serviço Social, Geografia e História. Utiliza-se a metodologia caminhante e a análise busca táticas cotidianas. Os resultados mostram vulnerabilidades do território, marcando, também, a vida de adolescentes.

Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a lei – território - vulnerabilidades – Governador Valadares

ABSTRACT

The article presents results of a study that aims to reflect on the vulnerabilities of adolescents in conflict with the law, in a territory of Governador Valadares. It is based on authors from Social Work, Geography and History. The walking methodology is used and the analysis seeks everyday tactics. The results show vulnerabilities in the territory, also impacting the lives of teenagers.

Keywords: Adolescents in conflict with the law – territory vulnerabilities – Governador Valadares

¹ Universidade Vale do Rio Doce

² Universidade Vale do Rio Doce

³ Universidade Vale do Rio Doce

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados parciais de um estudo que tem como objetivo refletir sobre as vulnerabilidades de adolescentes em conflito com a lei, em um território do município de Governador Valadares/MG, conhecido por “Buraco Fundo”⁴. Esse território é apontado em estudos documentais e notícias jornalísticas como local marcado por violências e violações de direitos, sobretudo em relação a adolescentes e jovens (CREAS, 2024; DRD 2021).

Estabelecendo um diálogo com autores/as do Serviço Social, Geografia e História, o texto se divide em três seções. A primeira apresenta reflexões teóricas sobre adolescentes em conflito com a lei, territórios e descreve a metodologia utilizada. A segunda situa o município de Governador Valadares (MG) e os cenários da violência juvenil, a partir de pesquisas nacionais, reportagens locais e um levantamento realizado pelos técnicos do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, do referido município, que atende adolescentes em conflito com a lei, durante o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

A terceira seção apresenta a entrada no território escolhido, por meio da metodologia caminante, a partir de contribuições de Michel de Certeau e colaboradores. Essa caminhada permitiu conhecer a realidade do “Buraco Fundo” sendo observado, além da paisagem, as táticas construídas pelos moradores do território para sobreviver em meio a violências e violações de direitos que, também, marcam as trajetórias de vida de crianças, adolescentes e jovens nesse território.

REFLEXÕES TEÓRICAS E ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a adolescência compreende a fase da vida que vai dos 12 aos 18 anos, quando os adolescentes estão em situação peculiar de desenvolvimento. Nesse sentido, assim como são garantidos às crianças, também são assegurados aos adolescentes diversos direitos, a fim de que se desenvolvam plenamente. Dentre esses direitos, destacamos o acesso à educação, saúde, cultura, esporte e lazer, profissionalização, convivência familiar e proteção contra todo tipo de violência e situação vexatória como fundamentais à sociabilidade juvenil. Todos devem ser garantidos por meio da ação conjunta entre família, comunidade, sociedade e Estado (Brasil, 1990).

⁴ Estudo realizado com apoio da Capes, CNPq e Fapemig.

O ECA também aponta que, em caso de prática de atos infracionais (condutas tipificadas como crime ou contravenção penal), poderão ser aplicadas aos adolescentes as medidas socioeducativas. Essas medidas variam desde uma simples advertência ou obrigação de reparar danos, até o comparecimento a programas e instituições para cumprimento de prestação de serviços à comunidade e/ou acompanhamento por meio de liberdade assistida. Também compreendem medidas restritivas de liberdade, a semiliberdade; e totalmente privativas, a internação (Brasil, 1990).

Segundo estudos de Rizzini, Sposati e Oliveira (2019), 70% das medidas aplicadas pelo Judiciário brasileiro a adolescentes em conflito com a lei referem-se a medidas em meio aberto, ou seja, prestação de serviço à comunidade e/ou liberdade assistida. Estas, segundo tipificação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são acompanhadas pelos profissionais da assistência social, por meio dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS ou, em municípios de pequeno porte, com serviços de proteção especializada (Brasil, 2005).

Por permanecerem em seus territórios, residindo junto de suas famílias e/ou responsáveis, os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto revelam os desafios cotidianos que atravessam as juventudes pobres, e sobretudo negras, no Brasil. São, em sua maioria, provenientes de periferias, "territórios marcados pela destituição, pela espoliação e contínuo crescimento de mortes de adolescentes negros" (Rizzini; Sposati; Oliveira, 2019, p. 12).

Para os referidos autores, a aplicação de medida socioeducativa em meio aberto "extrapola os limites de condições individuais, pois esta é também demarcada pelo conjunto de condições de que dispõe a população jovem de um mesmo território, de convivência cotidiana" (Rizzini; Sposati; Oliveira, 2019, p. 12-13). Nesse sentido, para compreender a realidade desses adolescentes, é preciso uma incursão ao seu território e refletir sobre as vulnerabilidades a que estão submetidos.

A atenção aos territórios, no campo do Serviço Social, é evidenciada nas contribuições de Koga (2011) e Diniz (2022), dentre outros autores. Diniz (2022, p. 2) argumenta que, "o lugar em que os sujeitos estão no mundo pode fazer com que ele valha mais ou menos no circuito das relações sociais".

A partir desse olhar, percebe-se quão importante são os estudos sobre território no atual estágio do sistema capitalista, que valoriza ou descarta os sujeitos, dependendo do lugar que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ocupam na sociedade ou nos locais de moradia, que se convertem em territórios de exclusão e segregação (Santos, 2020; Haesbaert, 2014).

Nessa mesma perspectiva, Diniz (2022) afirma que o território é o “chão” onde as mediações acontecem e forjam as formas de existência e de vida dos sujeitos. Para o referido autor,

Os territórios são construídos historicamente no movimento do curso e das transições da história social dos homens, sendo dinâmicos e relacionais, compõem-se de multidimensionalidades que perpassam sua constituição e configuração sócio histórica. Sua produção está ligada aos componentes naturais, ao solo, à terra, mas, sobretudo, é constituída por meio das relações sociais tecidas ao longo do tempo. (Diniz, 2022, p. 3)

Koga (2011, p. 33) aponta que o território é o “chão do exercício da cidadania”. Destaca, ainda, que é no território que as desigualdades sociais ficam evidentes, por meio das diferenças entre os moradores de uma mesma cidade, sobretudo pela presença ou ausência de equipamentos e serviços públicos.

Koga (2011) e Diniz (2022), nas discussões sobre território, se valem das contribuições do geógrafo Milton Santos, que define território como:

o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2006, p. 14, grifo do autor).

Portanto, discussões e estudos sobre território somente têm significado a partir das experiências vividas pelos sujeitos, ou seja, do “território usado” (Santos, 2006) o que interessa sobremaneira ao campo do Serviço Social (Koga, 2011; Diniz, 2022).

Para Santos (2020), é no território que a cidadania se efetiva ou não. Dessa forma, a gestão do território implica atribuir a todos os habitantes os bens e serviços que necessitam para viver, independentemente do local em que estejam. Destaca, ainda, que a plena realização da pessoa humana resulta da combinação da economia e cultura. Assim, sem a articulação entre esses elementos, gera-se a não cidadania e o cidadão mutilado.

Koga (2011, p. 38) também aponta que o território engloba o lugar e o “não lugar”, que compreende as bases materiais e não materiais como as idealizações e representações do espaço em que se vive. Nesse sentido, ao se apropriar do território, criando e recriando significados em torno dessa apropriação, os sujeitos constroem as territorialidades.

A referida autora ainda ressalta que “a territorialidade se faz pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida” (Koga, 2011, p. 39).

Assim, a dimensão territorial traz elementos que permitem uma perspectiva ampliada da questão social, objeto de trabalho tão caro ao Serviço Social, uma vez que

O território diz respeito não somente aos aspectos objetivos da realidade vivida pelas populações, mas também envolve igualmente sua dimensão subjetiva, que aparece de forma também concreta através das manifestações de sofrimentos, desejos, expectativas etc. (Koga, 2011, p. 40)

Nesse sentido, as territorialidades revelam complexidades que envolvem a vida pública dos sujeitos, enquanto cidadãos, mas também suas vidas privadas e as táticas que constroem no cotidiano para sobreviver às vulnerabilidades dos territórios em que vivem.

Segundo Marandola Jr. e Hogan (2006, p.33), para analisarmos as vulnerabilidades, é necessário compreender “a capacidade de resposta” que os sujeitos têm para absorver os impactos do risco/perigo vivenciado. Essas vulnerabilidades têm relações causais mais imediatas e evidentes, variando conforme a escala (global ou local) e revelam estruturas sociais de produção e distribuição, mas também de enfrentamento do perigo.

Os autores, aproximando-se do campo da Geografia e das contribuições de Milton Santos, enfatizam que a vulnerabilidade social está relacionada não somente à pobreza, mas aos processos de exclusão, marginalização e periferização, configurando o cerceamento de bens da cidadania (Koga, 2011; Diniz, 2022) resultando na “vulnerabilidade da própria cidadania” (Marandola Jr; Hogan, 2006, p. 35) conformadas pelas vulnerabilidades dos territórios.

As reflexões teóricas sobre território, territorialidade e vulnerabilidades colocam em evidência a necessidade de um olhar atento sobre as práticas socioespaciais – os modos de praticar o “lugar”, ou território, o que nos levou às contribuições de Michel de Certeau, pela atenção dada pelo autor às práticas cotidianas de moradores de um bairro e pela possibilidade da entrada de pesquisadores em territórios com um olhar atento para captar materialidades e imaterialidades (Certeau, 2013; 2014).

São essas contribuições teóricas que sustentam a pesquisa, em fase de desenvolvimento, realizada por uma equipe de pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento que têm se voltado para a compreensão da vulnerabilidade e violência juvenil na cidade, bem como desenvolvido ações e projetos com vistas a garantia de direitos.

O propósito deste artigo é refletir sobre os cenários de vulnerabilidade e violência nos quais adolescentes em conflito com a lei se inserem, na cidade de Governador Valadares – território historicamente marcado por conflitos (Espindola, 1998). Opta-se pela “metodologia andante” (Certeau, 2013; 2014) realizando uma caminhada pelo território visando captar a materialidade deste território, o que se apresenta visível, mas também, o que se apresenta nos cotidianos, a partir do modo como se pratica os territórios deste estudo, com atenção para aspectos da vulnerabilidade que afetam crianças, adolescentes e jovens.

É a partir dessa abordagem que foi realizada a aproximação ao “Buraco Fundo”, território em que residem alguns adolescentes em conflitos com a lei, atendidos pelo CREAS de Governador Valadares. Busca-se, portanto, conhecer o território em que residem para identificar as vulnerabilidades vivenciadas.

GOVERNADOR VALADARES E A VIOLÊNCIA JUVENIL

Governador Valadares é um município do leste mineiro, localizado a mais de 300 km da capital, com população estimada em pouco mais de 257 mil habitantes (IBGE/2022) e é polo na área de comércio e de serviços, sobretudo saúde e educação, no Vale do Rio Doce.

Sua história é marcada pela exploração de madeira, pedras preciosas e agropecuária, o que contribuiu para o seu desenvolvimento entre as décadas de 1940 e 1960. Contudo, o esgotamento dos recursos naturais resultou no declínio de seu desenvolvimento, a partir da década de 1970, impulsionando o processo migratório de valadarenses para outros países, nos anos subsequentes (Espíndola, 1998). Nesse contexto de declínio, o município iniciou o século XXI com importantes problemas sociais, culminando no aumento da violência e criminalidade nas primeiras décadas, que tem alcançado, de modo contundente, adolescentes e jovens (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009).

É a atenção dada neste estudo a esse público que direcionou o levantamento de dados sobre violência na cidade, tomando como referência os documentos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2009), Atlas da Violência (IPEA 2019; 2024) e o índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (2023).

Em 2009, o município figurou na mídia nacional como uma das cidades brasileiras, com mais de 100 mil habitantes, com maior índice de vulnerabilidade juvenil, segundo pesquisas sobre

o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ – V), divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Ministério da Justiça em 2009.

O Índice de Violência Juvenil do referido Fórum foi verificado segundo uma combinação de variáveis que contemplam os níveis de exposição à violência urbana, a permanência na escola, a forma de inserção no mercado de trabalho e o contexto socioeconômico dos municípios de residência dos jovens e adolescentes pesquisados (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009).

Uma década depois, o Atlas da Violência – Municípios (IPEA, 2019) apontou Governador Valadares como o segundo município mais violento do estado, considerando as taxas de homicídio. Esse documento mostra, em um cruzamento com dados censitários, que nesse município há maior vulnerabilidade entre jovens de 15 e 24 anos (IPEA, 2019).

Por sua vez, o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – IDSC, em 2023, revelou que o município tem alta taxa de mortalidade juvenil e crimes violentos. Além disso, apresentou percentual insatisfatório quanto ao acesso de crianças e adolescentes à educação e cultura, além de baixa inserção de jovens em cursos profissionalizantes e primeiro emprego (IDSC, 2023).

No estudo mais recente, publicado em 2024, dentre as cidades mineiras com mais de 100 mil habitantes, Governador Valadares é a que apresentou maior índice de homicídios (34,6%). O estudo destaca, ainda, que a região recentemente foi alvo de operação policial contra organização criminosa ligada ao tráfico de drogas, sendo este apontado como o responsável por diversos homicídios (IPEA, 2024).

Tais dados indicam as diversas vulnerabilidades vivenciadas pelas juventudes em Governador Valadares, que vão desde o baixo acesso a atividades culturais, escolares, cursos profissionalizantes e trabalho, ao envolvimento em práticas ilícitas, sobretudo o tráfico de drogas, como mostram, também, os dados disponibilizados pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, de Governador Valadares (CREAS, 2024).

Esses dados revelam que dos 129 adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto 90% são do sexo masculino e 75,2% foram encaminhados para medida de prestação de serviço à comunidade. Observa-se, que desse grupo 62% se autodeclararam pretos e/ou pardos, confirmando-se desse modo outros estudos sobre vulnerabilidade e violência juvenil na cidade de Governador Valadares, com o recorte racial, entrecruzando com as vulnerabilidades dos territórios (Dias; Souza, 2019).

Constata-se, também, uma predominância de atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas (23%), e 100% desses adolescentes se encontram ameaçados de morte, em um ou mais territórios da cidade (CREAS, 2024). Um dos territórios citados é o “Buraco Fundo”, localizado no bairro Jardim Atalaia, região periférica do referido município. Segundo reportagem de um jornal da cidade, a geografia do local propicia o aumento da criminalidade, pois além da distância da região central, seu acesso por vias estreitas, sem infraestrutura mínima, facilita a ação de criminosos (DRD, 2021).

Nesse sentido, para compreender de perto as vulnerabilidades vivenciadas pelos adolescentes em conflito com a lei, em Governador Valadares, escolhemos esse território como alvo do estudo, uma vez que vem se destacando no cenário da violência no referido município e conta com pouca intervenção estatal em termos de infraestrutura e políticas públicas.

A CAMINHADA NO “BURACO FUNDO”

Michel de Certeau (2013; 2014) reflete sobre a cidade, observada a partir do cotidiano, por meio de práticas dos seus usuários. O autor tece críticas à cidade vista de cima e nos convoca a entrar nos seus cotidianos, argumentando que “o bairro é o espaço de uma relação com o outro como ser social” (Certeau, 2013, p. 43).

Ressalta, ainda, a importância da observação caminhante, ou seja, a prática de andar pelo território para captar materialidades visíveis e invisíveis. Essa prática permite observar aquilo que é facilmente visto pelo caminhante, como a geografia dos lugares, mas também o que vai além dos primeiros olhares, como o que se pode apreender pelos sentidos, pelas emoções, pelo olhar atento sobre os cotidianos (Certeau, 2014). Essas contribuições do autor balizaram a entrada no “Buraco Fundo”.

A caminhada pelo “Buraco Fundo” foi realizada por uma das pesquisadoras, assistente social, atuante na Vara da Infância e Juventude de Governador Valadares, que já esteve no referido território por diversas vezes para realizar visitas domiciliares a adolescentes em conflito com a lei. Todavia, durante as visitas, não foi possível transitar livremente pelo território, devido às particularidades do trabalho e por desconhecer sua geografia e especificidades. Dessa forma, para realizar a observação caminhante, foi necessário recorrer ao apoio de profissionais da unidade de saúde, que fica localizada no bairro Jardim Atalaia, por residirem e conhecerem melhor o território.

Inicialmente, foi realizado contato com a enfermeira da Estratégia da Saúde da Família – ESF, que indicou uma agente comunitária de saúde, que entregaria exames no local. Todavia, tal profissional explicou que sua atuação se restringe a uma parte do território, mais próxima à unidade de saúde. Porém, por gentileza, avançou um pouco mais em outra área permitindo caminhar por uma extensão maior do território, incluindo a região do “Buraco Fundo”.

O trajeto percorrido partiu da rua na qual se localiza a unidade de saúde do bairro Jardim Atalaia, uma via asfaltada por onde transitavam diversas pessoas andando e por diferentes meios de transporte: carro, moto, bicicleta, inclusive transporte coletivo. Na mesma rua há uma escola municipal e estabelecimentos comerciais com boa infraestrutura, como farmácias e mercearias. As residências também apresentam boas condições de habitabilidade; algumas casas possuem fachada moderna, cores vibrantes e é possível observar prédios residenciais com até dois pavimentos.

Após um pequeno morro, inicia-se o “Buraco Fundo”, onde o calçamento é de bloquete e foi recentemente assentado, segundo a agente de saúde. A agente explicou que o território é conhecido por “buraco” porque fica na parte baixa do bairro, onde há um córrego que foi canalizado há pouco tempo, mas que anteriormente transbordava e formava uma lagoa ao final da rua. Algumas casas foram construídas muito próximas do córrego, sendo necessária a construção de pequenas pontes ou “pinguelas” para acessar as residências, mesmo após a canalização.

À medida que se entra no “Buraco Fundo”, percebe-se que as residências são menores, com infraestrutura precária e há apenas dois estabelecimentos comerciais que, na verdade, são pequenas vendas adaptadas na porta de algumas residências. Também há poucas pessoas transitando pelas ruas. Os cheiros do local variam entre o odor do esgoto aberto, fezes de animais, lixos em lotes vagos, alguns com a presença de cavalos. Apesar da poeira, havia também lama na rua, não sendo possível identificar o motivo, já que não chovia na cidade há dias.

Portanto, à medida que se adentra o “Buraco Fundo”, percebe-se um território segregado, marcado pela “inclusão precária” (Haesbaert, 2014, p. 184), processo que agrega uma massa de expropriados e marginalizados, negando-se, assim, o “direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre” (Santos, 2020, p. 157).

Em termos territoriais, configura-se a “precarização territorial” (Haesbaert, 2014, p. 188), dada a forma precária de ocupação do território, o que o mesmo autor denomina como aglomerados humanos da exclusão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Num sentido mais estrito 'aglomerados' dizem respeito a situações de intensa precarização social – e, conseqüentemente, também territorial, quando os grupos e/ou classes sociais, especialmente os mais pobres se veem envolvidos em contextos de profunda insegurança, como no caso de conflitos e disputas acirradas com e pelo espaço. (Haesbaert, 2014, 190, aspas do original)

Embora não exista nenhum tipo de barreira física que separe o “Buraco Fundo” do restante do bairro, é perceptível a existência de fronteiras de caráter material e simbólica (Haesbaert 2014), determinadas pela mudança na infraestrutura e no comportamento das pessoas que transitam ou não pelo local, o que fica evidente pelas narrativas de moradores do território.

Segundo Certeau (2014, p.38), “o cotidiano se inventa em mil maneiras de caça não autorizada” e o território se constrói por meio de narrativas; por isso a observação caminhante possibilita o encontro com os moradores de um bairro e a escuta do modo como o território é narrado. Nessa perspectiva, durante a caminhada, além das observações da agente de saúde, foram realizadas duas abordagens a moradores, a fim de conhecer um pouco dos seus cotidianos

Uma das conversas foi realizada com uma senhora que estava em sua residência e foi abordada pela agente para a entrega de exames. A moradora relatou que reside no início do “Buraco Fundo” há trinta anos e não tem o costume de transitar pelo “buraco” por insegurança e receios com relação a violência. Ela afirmou que da sua residência é possível ver a região e percebe melhorias no local, tanto pela construção de novas residências, quanto pelas obras de infraestrutura nas vias. A conversa com essa moradora evidencia que há uma separação, um limite territorial entre os moradores do “Buraco Fundo” e os demais moradores do próprio bairro, o que pode configurar um processo de segregação ou contenção social.

Haesbaert (2014) salienta que a contenção social se realiza por dois modos: tanto pelo distanciamento dos que são considerados subalternos, quanto pelo confinamento dos que desejam se manter afastados. De toda forma, ambos revelam a tentativa de

[...] ‘conter’ os outros em seus devidos lugares e evita/restringe a mobilidade e o contato daqueles que são ‘contidos’ em seus distritos residenciais de acesso firmemente controlado”. Nesse caso, uma espécie de reclusão soft é vivida por aquele que, muitas vezes, acaba restringindo sua própria circulação, circunscrita aos ambientes assépticos e ditos seguros da cidade. (Haesbaert, 2014, p. 220, aspas do autor).

A partir desse relato e da incursão nesse território, constata-se divisão territorial, insegurança e medos de adentrar esse região. Por sua vez, a moradora, expressa expectativas de que a melhoria na infraestrutura favoreça outras melhorias à localidade. As vulnerabilidades do território que afetam crianças, adolescentes e jovens compõem na conversa como uma moradora do “Buraco Fundo” que reside no local desde o nascimento. Hoje reside com os filhos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pequenos e, no mesmo lote, residem sua genitora e um irmão com 19 anos, portanto, ele conhece bem as vulnerabilidades vivenciadas por crianças e jovens no território. Ela afirmou que o território é dominado pelo tráfico de drogas, destacando que tanto mulheres quanto homens permanecem no interior de suas residências, pois têm conflitos com outros moradores das adjacências. Explicou que geralmente as crianças saem para a escola e os pais permanecem em casa. Como as residências são pequenas, não há espaços para os filhos brincarem, e quando chegam da escola, ficam pelas ruas sozinhos. Mencionou que quando as crianças crescem são cooptadas pelo tráfico de drogas, evadem da escola e seguem a mesma trajetória de seus genitores, tornando-se traficantes. Em seu relato afirma que muitos nem chegam à idade adulta, pois são mortos por seus desafetos.

A moradora ressaltou a ausência de espaços públicos para socialização de crianças e adolescentes, bem como de projetos sociais. Destacou que há algumas poucas igrejas evangélicas no território, que também são pobres e alugam imóveis pequenos, não havendo espaço para desenvolver atividades comunitárias. Também mencionou que havia uma área verde, que era utilizada para os moradores jogarem bola, mas está passando por uma intervenção pública e não é possível permanecer no local atualmente.

A agente de saúde corroborou as narrativas, destacando que, para a realização de seu trabalho é necessária a discriminação e adequação à realidade. Afirmou que raramente fazem visitas domiciliares naquele território, e quando se dirigem ao local para entrega de exames, não adentram as residências. Destacou, ainda, a carência de profissionais na unidade de saúde para a realização do trabalho, explicando que atualmente não há agentes de saúde para atender ao “Buraco Fundo”, mas as profissionais que atendem a outras localidades, como ela, se dirigem ao local quando é necessário.

Essas narrativas mostram, que além da infraestrutura precária, o território é marcado pela carência de políticas sociais que favoreçam a socialização de crianças e jovens, por meio de atividades de esporte e/ou lazer. Também a atenção à saúde é deficitária, uma vez que não há agentes comunitárias de saúde suficientes para atender ao território, ficando o trabalho precarizado.

Sobre a precarização de serviços públicos, Koga (2011, p. 273) evidencia que “os parâmetros da exclusão social são determinados por um rol de caracterizações destituidoras”. A autora ainda argumenta que a carência e a precarização das políticas sociais em um território



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

aumentam o risco de estigmatização de espaços já excluídos, e “a potencialidade destes destituídos é cotidianamente cassada” (Koga, 2011, p. 274).

As narrativas apresentadas também revelam estratégias e táticas construídas no território. Segundo Certeau (2014), a estratégia está relacionada ao cálculo de gestão e planejamento das estruturas de poder, que detêm as racionalidades técnicas. Já as táticas revelam as práticas cotidianas, a bricolagem, as possibilidades de ganhos. Destaca, ainda, que a tática “é a arte do fraco” (Certeau, 2014, p.45); nesse sentido, o fraco busca tirar proveito de forças que lhe são estranhas.

Uma das estratégias evidenciadas nas narrativas é a ronda policial no local. A moradora do “Buraco Fundo” afirmou que a polícia passa pelo local com frequência, o que pode significar uma estratégia de repressão da criminalidade. Todavia, não comparece no relato da moradora uma intervenção preventiva e nem construção de um relacionamento entre policiais e moradores. Ao contrário, ela revelou, durante a conversa, que os moradores não podem sequer olhar para os policiais, sob o risco de serem interpretados pelos moradores como delatores.

A obra de infraestrutura atual pode significar, também, uma estratégia de melhoria do local; contudo, ainda não está claro para as moradoras e para a agente de saúde qual o plano do órgão público em relação à antiga área verde, se haverá uma praça, um parque ou outro tipo de espaço de lazer, esporte e/ou cultura.

As táticas construídas pelos moradores observadas na caminhada e apontadas nas narrativas são diversas – vão desde a ocupação e apropriação do espaço, transformando a área abandonada em moradia e construindo pontes para atravessar o córrego, até a resistência de permanecer no local, apesar das dificuldades. Outra tática observada é a busca constante pela sobrevivência, no sentido mais estrito da palavra sobreviver. Para concretizá-la, a prática é o silenciamento, permanecer restrito à residência, não se comunicar com outros moradores, muito menos com a polícia.

Koga (2011) enfatiza a capacidade de resistência de grupos e populações vulneráveis, destacando que:

[..] a potência dessas pessoas é muito real, tanto que é constantemente acionada, a cada necessidade de sobrevivência, de luta. Ao mesmo tempo, destaca que esta mesma potência é constantemente descartada por meio de mecanismos de seletividades e discriminação acionados pela sociedade e pelos serviços públicos. (Koga, 2011, p. 274-275).

Haesbaert (2014) ao discutir processos de segregação espacial chama a atenção para a “arte da resistência” das pessoas que vivem em territórios vulneráveis e que dependem da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

criatividade dos grupos subalternos. Nesse sentido, na incapacidade de superar os desafios do dia a dia, cria-se táticas de contornamento, ou seja, circular entre territórios distintos – legais e ilegais, o que o autor denomina “viver no limite”.

Neste estudo, não foi possível encontrar crianças e adolescentes durante a caminhada pelo “Buraco Fundo”, o que aponta a necessidade de novas incursões ao território para conversar com esse público e captar as suas territorialidades e seus modos de viver no limite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em tela, embora em fase inicial, revela algumas vulnerabilidades territoriais que os adolescentes em conflito com a lei, residentes no “Buraco Fundo”, em Governador Valadares, vivenciam.

Conforme o ECA, esses adolescentes se encontram em condição peculiar de desenvolvimento e necessitam da integração da família, comunidade, sociedade e poder público para garantir-lhes os seus direitos fundamentais. Todavia, a realidade revela que tais direitos não são garantidos em sua totalidade no município de Governador Valadares, expondo adolescentes e jovens a diversas formas de violência e riscos.

No “Buraco Fundo”, território escolhido para a prática da caminhada, é possível identificar diversas vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos moradores, que vêm desde a infraestrutura e ausência de políticas públicas, às formas simbólicas de ser e estar no local, revelando inclusão precária, a segregação, a contenção social e a exclusão social.

Como forma de sobrevivência, são criadas táticas que acabam por expor ainda mais os sujeitos às vulnerabilidades do local, envolvendo-se com grupos criminosos e silenciando-se frente aos próprios moradores e autoridades policiais.

Nesse sentido, compreende-se porque há adolescentes em conflitos com a lei e ameaçados de morte nesse território. Esses adolescentes não encontram espaços adequados para o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, veem-se em um território recortado pelo tráfico de drogas e acabam por seguir os mesmos caminhos de seus pais e/ou responsáveis.

Os resultados do estudo mostram vulnerabilidades materiais e simbólicas demarcando também as vidas dos adolescentes no território. Nesse sentido, aponta a necessidade de

aprofundamento dos estudos e novas incursões no território, para dar visibilidade às violências sofridas e contribuir para a construção de políticas públicas que atendam os moradores do território citado, sobretudo as crianças, adolescentes e jovens.

Essas reflexões são extremamente importantes para o Serviço Social, que atua diretamente com as populações pauperizadas e excluídas de condições materiais e que apresentam cotidianos marcados pela violência e violação de direitos, uma das sequelas da questão social. Estudos como este podem contribuir para maior conhecimento da realidade em que atua a/o assistente social e qualificar a sua intervenção profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS** - Brasília, DF: MDS, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Arte de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Tradução de Ephraim Ferreira. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DIAS, Ana Lúcia Cristo; SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes. Significados atribuídos por jovens às experiências educativas vivenciadas no Programa Fica Vivo!. **Educação em Revista**, v. 35, p. e208620, 2019.

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social. **Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto**. Secretaria de Assistência Social. Prefeitura de Governador Valadares, 2024.

DINIZ, Rodrigo Aparecido. **Territórios e produção do espaço**. XVII ENPSS. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00302.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

DRD, Diário do Rio Doce. **Violência e criminalidade na área do “buraco fundo” impõem a lei do silêncio na região do Atalaia**. 25 de julho de 2021. Disponível em: www.drd.com.br/violencia-e-criminalidade-na-area-do-buraco-fundo-impoe-a-lei-do-silencio-na-regiao-d-o-atalaia. Acesso em: 28 jul. 2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **A história de uma formação socioeconômica urbana: Governador Valadares.** Varia História, Belo Horizonte, v. 19, p. 148-162, 1998.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009.** Disponível em: <https://apidSPACE.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/c3ff7a79-74f2-4220-85ab-57cae4da2ea0/content>. Acesso em: 19 jul. 2024

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e territorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

IBGE – Brasil/Minas Gerais/Governador Valadares. **Panorama população 2022.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>. Acesso em: 28 jul. 2024.

IDSC – **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, 2023.** Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em 28 jul.2024

IPEA, **Atlas da Violência dos Municípios Brasileiros 2019.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/21/atlas-da-violencia-dos-municipios-brasileiros-2019>. Acesso em: 28 jul. 2024

IPEA, **Atlas da Violência dos Municípios 2024.** Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em 28 jul. 2024

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** 2 ed. São Paulo, Cortez, 2011

MARANDOLA, Eduardo Miranda; HOGAN, Daniel Joseph. **As dimensões da vulnerabilidade.** São Paulo em Perspectiva, 2006. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_03.pdf. Acesso em: 28 jul. 2024.

RIZZINI, Irene; SPOSATI, Aldaíza e OLIVEIRA, Antônio Carlos de. **Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto.** São Paulo, Cortez, 2019.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 7 ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: DP&A Editora HUCITEC, 2006, p. 13- 21.